

TECNOLOGIAS DE LINGUAGEM NO ESPAÇO URBANO:
O TEXTO ESCRITO NA PRÁTICA DE ESMOLAR¹

*Julie Kellen de Campos BORGES*²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o funcionamento de um texto empregado em práticas de esmolar. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, analisamos como o ato de esmolar mediado pelo uso de texto escrito engendra novos textos, sentidos, modos de movimentação no espaço urbano. Questionamos como o pedinte se inscreve neste tipo de textualidade, de quais modos o uso da escrita (re)significa práticas discursivas antes oralizadas, como o político e o consenso são textualizados na materialidade discursiva sob análise. Observamos que o uso da escrita e não da oralidade na situação analisada indicia ressignificações na prática de esmolar, a instauração de novas ordens discursivas onde pedintes desprovidos de voz (capital) tentam legitimar suas práticas sociais através de um “trabalho informal”. O modo peculiar de funcionamento do texto analisado nos mostra como as tecnologias de linguagem diversificam-se de acordo com a necessidade dos sentidos.

Palavras-chave: texto escrito, tecnologias de linguagem.

Abstract: This paper aims at analysing the functioning of a written text used in begging practices. From the theoretical and methodological principles of Discourse Analysis, we have examined how the act of begging mediated by the use of written text engenders new texts, meanings, ways of moving in the urban space. We have asked how the beggar is inscribed in such textuality, in which ways the using of writing (re) means discursive practices before oralized, how the political and the consensus are textualized in the discursive materiality under review. We have observed that use of writing and not speaking in the analysed situation indicates new meanings in the practice of begging, the instauration of new discursive orders where beggars devoid of voice (capital) try to legitimize their social practices through an “informal work”. The peculiar mode of operation of the analysed text shows us how language technologies change according to the need of the senses.

Keywords: written text, language technologies.

¹ Este artigo é resultado do trabalho de qualificação de área em Análise de Discurso sob a orientação da professora Dra Eni Puccinelli Orlandi.

² Doutoranda em Lingüística no IEL/Unicamp e na Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3 sob a orientação dos professores Dr^a Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo e Dr. Christian Puech. Bolsista do CNPq, processo no GM/GD 142837/2006-7. E-mail para contato: jk-borges@uol.com.br.

Résumé: *L'objectif de cet article est d'analyser le fonctionnement d'un texte employé dans des pratiques de mendicité. A partir des présupposés théorico-méthodologiques de l'Analyse de Discours, nous analysons comment l'acte de mendier sous la médiation d'un texte écrit engendre de nouveaux textes, sens, manières de se mouvoir dans l'espace urbain. Nous nous demandons comment le mendiant s'inscrit dans ce type de textualité, et les modes selon lesquels l'usage de l'écriture (re)signifie des pratiques discursives plutôt oralisés, comment le politique et le consensus sont textualisés dans la matérialité discursive analysée. Nous observons que l'usage de l'écriture au lieu de l'oralité dans la situation analysée est l'indice de resignifications dans la pratique de la mendicité, l'instauration de nouveaux ordres discursifs où les demandeurs démunis de voix (capital) essaient de légitimer leurs pratiques sociales par un « travail non-déclaré ». Le mode particulier de fonctionnement du texte analysé nous montre comment les technologies du langage se diversifient selon le besoin des sens.*

Mots-clefs : texte écrit, technologies du langage.

E não é sem assim que as palavras têm canto e plumagem. E que o capiauzinho analfabeto Matutino Solferino Roberto da Silva existe, e, quando chega na bitácula, impõe: - “Me dá dez ´tões de biscoito de talxóts!” – porque deseja mercadoria fina e pensa que “caixote” pelo jeitão plebeu deve ser termo deturpado. E que a gíria pede sempre roupa nova e escova.

Guimarães Rosa

Cotidianamente, usuários do transporte público, frequentadores de bares, restaurantes das grandes cidades brasileiras são abordados por sujeitos - na maioria das vezes crianças ou adolescentes - que, em silêncio, distribuem cópias de um mesmo texto, na tentativa de comercializar algum tipo de produto como balas, canetas, etc. O funcionamento discursivo dessa materialidade lingüístico-discursiva é o objeto de reflexão deste artigo.

Partindo dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD), propomos uma reflexão sobre o funcionamento dessa textualidade considerando-a como uma materialidade urbana. A denominação materialidade é definida na ordem do discurso como “forma material”, relação da ordem simbólica com o mundo (Orlandi, 1996, p. 28). Isso significa que pensar a materialidade envolve tomar as discursividades inscritas na história sob a forma de sua matéria significante, seja ela verbal ou não verbal.

É a noção de forma material, isto é, de matéria significativa que nos possibilita refletir sobre as diferentes linguagens em diferentes materialidades.

Considerando que os sentidos não são indiferentes à matéria significativa e que a relação linguagem/pensamento/mundo se exerce em diferentes materialidades em processos de significação diversos (Orlandi, 2004, p. 12), o nosso objetivo é investigar os sentidos do sujeito na sua relação com as diferentes materialidades do espaço cidadão. A articulação “materialidade” e “cidade” se torna possível e produtiva a partir da noção de discurso, definida “como um objeto social cuja especificidade está em que sua materialidade é lingüística” (ibidem, p. 27). É importante esclarecer que em AD, a designação “social” refere-se às formações imaginárias que se constituem no funcionamento das relações discursivas.

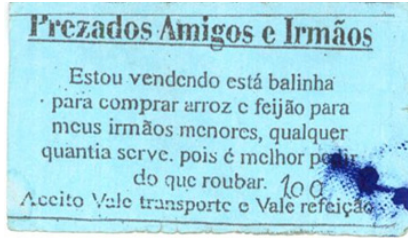
Quanto ao “urbano”, concebemos a cidade enquanto espaço simbólico e político, constituído de processos discursivos cujas bases materiais encontram ancoragem na língua (Rodríguez-Alcalá, 2002, p. 26). Quando nos propomos a analisar textos entregues nas cidades brasileiras, não tratamos as relações cidade, campo, rural e urbano como dicotômicas. Conforme explica Rodríguez-Alcalá (2003, p. 75), fundamentada em Orlandi:

existe hoje uma sobredeterminação do rural sobre o urbano, podemos dizer que existe um recobrimento do campo pela cidade, e do espaço (como um todo, incluindo a cidade, o campo e os demais espaços) pelo Estado nacional. Nada está fora do Estado (de seu território, de seu espaço), cujo poder se exerce na cidade, que recobre o campo.

Em suma, podemos afirmar que existe um recobrimento dos espaços pelo Estado Nacional.

Associando-nos às considerações inicialmente apresentadas, buscamos pensar como essa materialidade normalmente suja, amarrotada e reciclável produz sentidos no espaço urbano: Como o sujeito se inscreve neste tipo de textualidade? De quais modos o uso da escrita neste tipo de texto (re)significa práticas discursivas antes oralizadas? Como funciona o silêncio nos processos de determinação dos sentidos? Como o político e o consenso são tex-

tualizados na materialidade discursiva? Elegemos o texto a seguir para o nosso recorte analítico:



REGIMES DE OCUPAÇÃO DA CIDADE

Práticas sociais cotidianas costumam ser naturalizadas sob a rubrica que as identificam. O ato de pedir, por exemplo, entre as acepções apresentadas pelo dicionário Houaiss, é definido como um verbo que significa: (i) “solicitar que conceda; rogar; fazer pedidos” ou (ii) “solicitar insistentemente; suplicar, implorar”. Já a acepção do substantivo pedinte: “que ou aquele que pede”; “pedidor; que ou aquele que mendiga”. Se pensarmos nos sujeitos que pedem nas ruas da cidade, eles ocupam, geralmente, os seguintes espaços no interior da cidade, realizando gestos determinados:

- (01) Saídas das igrejas, pedindo.
- (02) Saídas do metrô, pedindo.
- (03) Centro da cidade, tocando sanfona.
- (04) Cruzamentos das ruas, pedindo.
- (05) Interior dos ônibus, pedindo oralmente.
- (06) Interior dos ônibus, distribuindo bilhetinhos.
- (07) Cruzamentos com semáforos, limpando pára-brisas dos carros.
- (08) Guarda carros.

Poderíamos formular uma série de outros modos de dizer para determinar os modos de ocupação do pedinte no espaço brasileiro. Nas cidades com um agrupamento menor de pessoas, as formulações poderiam ser outras:

- (09) Pedintes de porta em porta.
- (10) Pedintes nos estabelecimentos comerciais.

(11) Pedintes na rodoviária.

Como podemos observar, há diferentes modos de pedir, de ocupar essa posição de pedinte. Os sentidos desses diferentes modos de ocupar a cidade não são os mesmos, ainda que haja relações comuns entre eles, por exemplo, pelo efeito de circunstancialidade dessa prática social. No espaço urbano, a movência do pedinte confunde-se com a do vendedor ambulante, com a do guardador de carros, com a do artista. A prática social é significada em relação às condições de existência circunstanciais do momento histórico vivido.

Tanto em (03) quanto em (06), (07) e (08), a prática de esmolar é associada à execução de uma atividade que pode ser significada como um trabalho informal. Em (03), por exemplo, é associada ao domínio do entretenimento. Ainda que o pedinte possa não saber tocar bem o instrumento musical, o recipiente que irá acondicionar as moedinhas fica estrategicamente posicionado, à vista dos pedestres. As performances musicais do pedinte normalmente misturam-se às outras atividades de cunho artístico, ainda freqüentes no centro das grandes cidades. A associação de pedir com o trabalho em algumas das situações propostas assinala que os sentidos de pedinte estão em constante migração, constituindo uma multiplicidade de sujeitos cujas práticas sociais costumam ser opacificadas.

Perante as interdições produzidas pelo sistema público administrativo, como por exemplo, a colocação de placas nos cruzamentos de algumas cidades brasileiras com dizeres: “Não dê esmolas. Dê futuro” (Nunes, 2006, p. 52) e a proibição da ocupação espacial de determinadas áreas que passam pelo processo chamado de “revitalização” urbanística; meninos de rua, desempregados, doentes, desabrigados, mendigos, quase todos eles na posição de “pedintes”, são obrigados a se deslocarem para outras áreas da cidade ou a resignificar suas práticas sociais, o que, dito diferentemente, demanda silenciar determinadas práticas discursivas e a instauração de outras que não significam sozinhas, mas na relação que estabelecem com as já existentes.

Nunes (*ibidem*, p. 52), ao analisar as formas de escrita urbana através da colocação de placas, observou o crescimento do

trabalho informal nos cruzamentos. Dois anos após terem sido fixadas placas de intervenção à prática de esmolar em uma cidade do interior paulista, ele observou que já não eram pessoas com aparências piedosas, sujas, mal vestidas que ocupavam aquele espaço, mas vendedores de balas, de pequenos objetos, de bebidas, de poemas, distribuidores de folhetos. Ao invés da tendência a que ele chamou de “subjetividades piedosas”, instalou-se lá um “modo de prestação de serviços que seria recompensado pelo seu valor artístico ou por seu efeito de distração. A cidade piedosa dá lugar à cidade do espetáculo” (ibidem, p. 55). No mesmo espaço, surgem os palhaços, os malabaristas, os comedores de fogo, sujeitos que após realizarem suas performances cronometradas pela temporalidade do semáforo, podem receber algum tipo de gratificação pelo entretenimento oferecido. Trata-se de um modo de pedir significado no campo semântico do trabalho.

Neste texto, o nosso gesto analítico privilegia os modos de ocupação do espaço instituídos pela situação (06): pedinte que no interior do ônibus distribui bilhetinhos. Neste primeiro momento, buscamos problematizar os sentidos para a prática de esmolar no espaço urbano. Posteriormente, faremos uma análise de um texto utilizado nas práticas sociais formuladas em (06) subsumido que os efeitos de sentidos produzidos por elas se constituem na relação com as diferentes práticas referidas.

TECNOLOGIAS DO CAPITAL

Regularmente, a distribuição dos bilhetinhos que ora analisamos é feita no tempo da mobilidade restrita, quando os corpos já não podem facilmente se desvencilhar do encontro com o outro: no interior do ônibus, do trem do metrô em movimento cujas portas se fecham, no assento externo do bar ou do restaurante, nas salas de espera das rodoviárias, isto é, no espaço-tempo esquivo do movimento frenético da cidade. Essa relativa imobilidade do sujeito-leitor é a condição para que os bilhetinhos possam ser silenciosamente distribuídos e, posteriormente, recolhidos. Trata-se de uma imobilidade semelhante a dos motoristas nos cruzamentos dos sinais.

Este tipo de prática social vale-se de *modus operandi* com características que se associam aos processos de produção capitalista. Explicamos: no interior dos ônibus da cidade, uma vez distribuídos os textos, a temporalidade é precisamente calculada de modo que seja possível recolher os bilhetes, entregar as balas ou outros objetos àqueles que desejarem comprá-los, receber as eventuais contribuições e, finalmente, descer na parada seguinte. Caso a administração desta temporalidade não seja feita com precisão, há o risco de que os consumidores desçam no ponto seguinte não devolvam o bilhete – e, eventualmente, que não entreguem uma contribuição; de o sujeito que comercializa as balas ou outros objetos reduzir, assim, o lucro. Enfim, há um modo especializado de abordagem mesmo em locais com sistemas de segurança rígidos, como por exemplo, os restaurantes em áreas públicas ou privadas.

A própria instabilidade da nomeação desse tipo de materialidade lingüístico-histórica: bilhetezinho, papelzinho, impresso, panfleto, etc. parece produzida pela instabilidade nos/dos modos de ganhar a vida que os engendra sob a dominância do capital. Conforme podemos analisar, o texto distribuído nomeia seus leitores de “amigos e irmãos”, entretanto, não se auto-nomeia através de uma assinatura institucionalizada. Os leitores do bilhete são rapidamente identificados pelos vocativos, mas a assinatura que identificaria o “sujeito-de-direito” (Haroche 1992, p. 176), o sujeito responsabilizado por suas ações, é apagada da matéria significante. A inscrição do sujeito neste tipo de textualidade se apresenta pelos modos equívocos que ocupa um lugar na sociedade. As posições são cambiantes, anônimas, próprias daqueles que se encontram às margens.

PRÁTICAS SOCIAIS EQUÍVOCAS

Pelo funcionamento discursivo do texto, identificamos posições-sujeito que se sobredeterminam por “vender”, “roubar” e “esmolar”. A posição de vendedor se inscreve na primeira pessoa que anuncia: “Estou vendendo está balinha”, “Aceito vale transporte e vale refeição” e mesmo no pós-escrito manual “1,00”. Entretanto, os sítios de significância que interpelam o leitor não são exatamente aqueles associados à venda ambulante. As posições-sujeitos

ela deixe de significar. A filiação com x (“roubar”) estabelece relações com o intradiscorso possibilitando outras formulações como as apresentadas em (C) “roubar/pedir” e (D) “roubar/trabalhar”.

É na relação com a memória discursiva que a formulação (A) produz o efeito de intimidação. É a fala do guardador de carros que, ao ter seu pedido para cuidar do carro negado, contra-argumenta: “tia, primeiro eu peço!”, ou a memória de que vivemos em uma sociedade de discrepâncias sociais na qual o trabalho informal se torna um modo de ganhar a vida daqueles que estão à margem da sociedade, ou ainda, um modo de exploração social por aqueles providos de algum capital, como podemos observar na cidade de São Paulo, das inúmeras crianças aliciadas por adultos para a venda de balas no metrô, nos semáforos.

A compreensão do funcionamento discursivo da formulação proverbial desestabiliza a ilusão de monossemia e reforça não apenas um modo de funcionamento textual “equivoco” (Pêcheux, 2009, p. 108), mas uma textualidade que se atualiza na própria equivocidade que é de ordem estruturante e não de conteúdo. Por exemplo, a possibilidade dos deslizos em (B) “pedir/trabalhar”, (C) “roubar/pedir”, (D) “roubar/trabalhar” e (F) “trabalhar/pedir”, conforme verificamos.

No plano das sistematicidades lingüísticas, alguns adjetivos podem expressar qualidade, modificando-se em sua intensidade ou quantidade. Eles podem apresentar diferentes graus de flexão: normal, comparativo (de igualdade, de superioridade, de inferioridade), superlativo (absoluto analítico ou absoluto sintético). Na formulação proverbial “pois é melhor x do que y” o que qualifica um sentido x em uma escala superior a outro sentido é o efeito produzido pela adjetivação comparativa de superioridade (melhor do que).

À primeira vista, pode-se concluir apressadamente que um sentido x é positivizado e o outro sentido y negativizado. No entanto, o aparente moralismo inscrito na superfície lingüística da formulação (A) “pois é melhor pedir do que roubar”, desliza, pelo efeito metafórico produzido em (B) “pedir/trabalhar”, (C) “roubar/pedir” e (D) “roubar/trabalhar”, segundo apresentamos

anteriormente. O grau comparativo de superioridade não inscreve “pedir” e “roubar” como formulações opostas, mas como formulações que se encontram na mesma escala de valor, isto é, que compartilham a qualidade de um mesmo termo, e o que referencia essa qualidade é o adjetivo. Vejamos outros possíveis deslizamentos metafóricos:

- (A) “Pois é melhor pedir do que roubar”
- (A1) “Pois pedir é bom e roubar é ruim”
- (A2) * “Pois roubar é menos melhor do que pedir”
- (A3) * “Pois pedir é menos melhor do que roubar”
- (A4) * “Pois roubar é menos ruim do que pedir”
- (A5) * “Pois pedir é menos ruim do que roubar”
- (A6) * “Pois roubar é mais ruim do que pedir”
- (A7) “Pois é pior roubar do que pedir”

Como podemos observar, em (A1) não se pode formular nesse contexto porque inscreve “pedir” e “roubar” em escalas antagônicas. A variabilidade na escala se produz pelo funcionamento de diferentes formações ideológicas. O efeito-leitor de ameaça se produz perante a impossibilidade de (A1) e as perspectivas abertas por (A2) e (A4). Por outro lado, é pelo deslizamento de (A1) que se produz o efeito de resistência do sujeito. O assujeitamento não se dá pela formação ideológica dominante, é pela impossibilidade de dicotomia entre pedir e roubar vista em (A1) como paráfrase de (A). (A4) e (A5) desnaturalizam o efeito de determinação discursiva produzido por (A). No funcionamento discursivo o que determina as relações semânticas da comparação não são os sentidos produzidos pelo adjetivo “melhor” e sim os sentidos produzidos por “ruim”. Na formulação analisada, “melhor” é usado para arrefecer os sentidos de pedir e roubar. Assim, nem pedir e nem roubar são bons, pedir é ruim e roubar é ruim, pedir é “menos ruim” na relação que se pode estabelecer com o melhor (pior), como se percebe na paráfrase (A7).

As relações interdiscursivas de “do que roubar” produzem efeitos de “pré-construídos” (Pêcheux, 2009, p. 142) que asse-

veram a filiação desse tipo de textualidade ao discurso religioso. O que aparece como efeito de conhecimento universalizado é a retomada do sétimo mandamento da lei de Deus: “não roubarás”. Vale lembrar que uma das formas de manifestação da palavra de Deus, na Bíblia, é por meio dos provérbios.

O discurso religioso e o discurso jurídico, pelo viés do discurso da solidariedade, entrecruzam-se no domínio da memória discursiva. Redes parafrásticas de caridade, filantropia, humanitarismo, modo de vida cristão são convocados pelo funcionamento da formulação “qualquer quantia serve” ou pelo seu inverso “serve qualquer quantia”. O apelo argumentativo produzido pela formulação proverbial além de produzir o efeito-leitor de ameaça, medo, como discutimos anteriormente, também produz efeitos de piedade, desconforto. No discurso religioso a omissão aos mais necessitados significa a negação a Deus. No discurso da solidariedade (Mariani, 2001) o vínculo de aspectos jurídicos e religiosos produz a ideologia da co-responsabilidade ética pelos direitos sociais humanos. Logo, o efeito-leitor é moralizante: por um lado, o dever de prestar assistência social, por outro, a angústia produzida pela culpabilidade das desigualdades sociais.

No plano do discurso jurídico capitalista, o efeito de evidência de um sujeito-de-direito responsável pelos seus deveres, inscrito no discurso da propriedade privada, é observado através de uma nova paráfrase: “meus irmãos menores estão passando fome, nem por isso vou roubar”. Os leitores do bilhete não são designados de “senhores e senhoras”, ou mesmo de “consumidores”, uma vez que existe uma prática comercial instituída, mas de “prezados amigos e irmãos”.

O discurso da solidariedade constitui-se circularmente como um discurso autoritário impossibilitando a reversibilidade discursiva. Podemos observar esses efeitos serem textualizados pelo uso do vocativo “irmão”, o modo como o leitor é designado, na relação com o argumento utilizado para a venda das balas “para comprar arroz e feijão para meus irmãos menores”. As referências a “irmão/irmãos” produzem o efeito-leitor de que “todos somos irmãos”. Se você é meu irmão, os meus irmãos também são os seus irmãos, logo você também é responsável pelos meus irmãos que

são os seus irmãos. Portanto, não há como sair do circuito. Essa circularidade é uma das marcas do discurso autoritário, tendência desse nosso objeto de análise.

Outros provérbios poderiam ser utilizados como recursos argumentativos do texto que ora analisamos. No entanto, sabemos que em AD um sentido sempre apaga outros. Em “melhor é pobreza honrada que riqueza envergonhada” há filiações ao discurso jurídico e ao discurso religioso. Porém, os determinantes, “honrada” e “envergonhada”, silenciam as condições de vida miserável à medida que apagam o político e as relações de classe quando colocam “pobreza” e “riqueza” apartadas, não-relacionadas nos modos de vida capitalista. Já em, “é melhor um pão com Deus que dois com o demo”, impera a filiação ao discurso religioso produzindo o apagamento do discurso jurídico.

Resumindo, o pedinte se inscreve no discurso do direito à sociedade como aquele que cumpre o seu dever de respeitar a legislação, ao mesmo tempo em que convoca o seu direito à solidariedade. Neste jogo de suposta sustentação mútua, resulta o apagamento do político, a manutenção do consenso. O sujeito se constitui no limiar da legalidade e da ilegalidade, na dificuldade de ocupar a posição “pedinte”, sendo necessário, ideologicamente, associar essa prática à de “trabalho”. Os efeitos dessa associação são posições de circunstancialidade: “eu estou vendendo está baliinha”, ao invés de: “eu sou vendedor de balas” ou “eu vendo balas”. Essas associações, instituídas a partir das condições materiais de existência, produzem deslocamentos que não estão formulados nas acepções do dicionário Houaiss, embora façam parte dos modos de vida contemporâneos. Na próxima seção tentaremos concluir discutindo o que produz a necessidade de utilizar a escrita neste tipo de prática social.

TECNOLOGIAS DE LINGUAGEM

O uso da escrita na situação que analisamos (re)significa quais sentidos? São as condições sócio-histórico-ideológicas que possibilitam novos sítios de significância. É comum encontramos nas ruas da cidade vendedores de dvds, doces, redes, que não

se valem de nenhum tipo de escrita para oferecer seus produtos. O uso da escrita, e não da oralidade, na situação que estamos analisando, indicia resignificações da prática de esmolar, a instauração de novas ordens discursivas nas quais os sujeitos desprovidos de voz (capital) tentam legitimar suas práticas sociais através de um “trabalho informal”.

Acreditamos que o que está em jogo nessa forma de resignificação dos sentidos é uma forma de resistência que não quer deixar de se significar, no entanto, já não pode mais continuar se dizendo da mesma forma. É a tentativa de arregimentação de sentidos através de uma nova discursividade, de uma outra “tecnologia de linguagem” (Orlandi, 2001, p.15) que possui seus compromissos sócio-histórico-ideológicos. Podemos afirmar que o sujeito-pedinte resiste quando cria novos modos de sociabilidade no espaço urbano e, assim, produz condições para que os sentidos migrem, não deixem de se significar.

São as condições materiais de existência, as relações de classe que produzem as novas tecnologias de linguagem. Elas são formas de conhecimento que organizam a relação do homem com os sentidos. São procedimentos que, ao administrar a interpretação, administram sujeitos. Nas situações que analisamos, o uso da escrita em situações oralizadas produz uma nova forma de mobilidade do sujeito-pedinte no espaço urbano, cuja prática social viabiliza-se pelo texto.

Conforme salientado por Orlandi (2001, p. 15), em um momento histórico em que “noções como as de globalização, de novas tecnologias de linguagem, de discurso eletrônico parecem tornar obsoleta a noção de texto” é que se faz necessário refletir sobre ele. Isso porque, é a noção de texto que está na base de todos esses desenvolvimentos. Ainda segundo Orlandi (ibidem, p.15), as novas tecnologias de linguagem:

são novas/outras tecnologias da escrita. Saber como se elabora um texto é saber elaborar teoricamente as novas formulações que hoje se produzem. Novas formas de textualidade. Em novos contextos de realização, ou seja, como se diz em análise de discurso, novas condições de produção.

O modo peculiar de funcionamento do bilhete analisado nos mostra como as tecnologias de linguagem diversificam-se de acordo com a necessidade dos sentidos. Conforme é discutido em AD (Orlandi, 1995, 2006, 2007), os processos de significância não se produzem aleatoriamente, mas nas práticas históricas que as formulam, colocam em circulação e as significam em uma determinada matéria significante. “O sentido tem uma matéria própria, ou melhor, ele precisa de uma matéria específica para significar. Ele não significa de qualquer maneira” (Orlandi, 1995, p. 39). Isso explica porque certos sentidos só são possíveis de serem produzidos em uma determinada matéria significante, alguns na música, outros na pintura (ibidem, p. 39).

Podemos observar em situações como a formulada em (5), sujeito que ocupa o interior dos ônibus pedindo oralmente que, quando o ato de pedir é produzido sem a escrita, o processo de oralização assume uma cadência diferente da produzida nas conversas cotidianas ou mesmo nas relações de venda ambulante. A articulação da voz é quase ininteligível, o ritmo compassado, a cadência fragmentada. Trata-se de outro modo de estar no sentido com as palavras, modo que significa diferentemente pela matéria significante em que circula. Nas práticas de esmolar produzidas nos ônibus da cidade, é freqüente percebermos que o mesmo texto utilizado pelo pedinte em (6) também é utilizado pelo pedinte em (5). Ou seja, o que muda são as matérias significantes: texto oral e texto escrito.

É importante ressaltar que não opomos escrita e oralidade ao modo de uma tipologia. Consideramos que escrita e oralidade funcionam produzindo diferentes gestos de interpretação, diferentes posições (do) sujeito. A escrita, como a oralidade, “é um trabalho da memória que estrutura as relações sociais de maneira específica” (Orlandi, 2002, p. 233). Nas sociedades contemporâneas vivemos o processo que Orlandi (ibidem, p. 232) chamou de “escritorialidade”, isso porque a tecnologia da escrita se sofisticou de tal modo que mesmo quando pensamos estar na oralidade, estamos na oralização da escrita.

Tomando como observatório as práticas sociais do pedinte que se vale do texto escrito para se significar, temos a escrita como uma tecnologia que funciona junto à ausência de fala, trabalhando o silêncio. A ausência de fala produzida pela escrita e a associação das práticas de “pedir” ao “trabalho informal” produzem consistência significativa para que os sentidos do sujeito-pedinte permaneçam significando. Quando já não é mais possível ser apenas pedinte (quando há uma política de silêncio), de circular por certas regiões de sentido, e, portanto, por certas regiões de constituição da identidade, é preciso reinventar-se historicamente. É aí que o non-sense faz sentido produzindo a movência dos sentidos, a itinerância dos sujeitos. Como podemos ver, historicamente, a escrita se faz presente nas relações hierarquizadas, de dominação, mas também de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Trad. NUNES, J. H. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=pedir&x=15&y=9&stipe=k>. Acesso em 28 de novembro de 2010.
- HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. Trad. ORLANDI, E. P. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MARIANI, B. “Questões sobre a solidariedade”. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 43-50.
- NUNES, J. H. “Escrita e subjetivação na cidade”. In: MARIANI, B. (org.) *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 45-58.
- ORLANDI, E. P. “Efeitos do verbal sobre o não-verbal”. *Rua*, n. 1, p. 35-47. Campinas: Labeurb/ Nudecri/Unicamp, 1995.
- ORLANDI, E. P. “Exterioridade e ideologia”. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, n. 30, p. 27-33. Campinas: jan./jun, 1996.

- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes 2001.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4ª edição, Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2006.
- ORLANDI, E. P. e RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. “A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico”. *Escritos*, n. 8, p. 11-23, Campinas: Labeurb/Unicamp, 2004.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª edição, Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, M. “Análise automática do discurso (AAD-69)”. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª edição, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. “A cidade e seus habitantes: língua e ideologia na Constituição do Espaço”. *Escritos*, n. 6, p. 23-34, Campinas: Labeurb/Unicamp, 2002.
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. “Entre o espaço e seus habitantes”. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003. p. 65-83.
- ROSA, J. G. “São Marcos”. In: *Os primeiros contos de três mestres da narrativa latino-americana: Mário de Andrade, João Guimarães Rosa e Gabriel García Márquez*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 23-62.